

Adusp

INFORMATIVO

Ação do Gatilho: iniciado o processo de pagamento!

Finalmente pudemos dar início ao processo de pagamento referente à Ação do Gatilho. No dia 1º de junho, o montante depositado pela USP foi liberado para a Adusp. Já encaminhamos correspondência a todos os beneficiários, com os termos de quitação e explicações sobre os procedimentos necessários para o pagamento. Dos mais de 3.000 beneficiários, cerca de 1.700 atualizaram seu cadastro junto à Adusp e já devem ter recebido a correspondên-

cia. Para os demais, utilizamos as etiquetas com os endereços fornecidos pela Reitoria. Temos conhecimento de que muitos destes não estão atualizados e, por esse motivo, vários beneficiários podem não ter ainda recebido a correspondência. Nesse caso, solicitamos que entrem na página da Adusp (www.adusp.org.br) para atualizar seu cadastro de modo que possamos reenviar os documentos necessários à execução do pagamento. Até o fechamento desta edição,

já haviam sido enviados ao banco mais de 750 termos de quitação.

Ainda temos muito trabalho pela frente. Pedimos a compreensão dos colegas com relação aos prazos para a efetiva transferência dos valores para as contas indicadas pelos beneficiários. Estamos atentos e em contato com a agência bancária responsável, visando a que todos recebam dentro do menor prazo possível. Afinal, 21 anos é tempo de espera suficiente...

Daniel Garcia



Beneficiários da ação do Gatilho na sede da Adusp

Valorização dos níveis iniciais da carreira: chegou a hora!

Em fevereiro, o Fórum das Seis publicou carta aberta ao Cruesp, intitulada “A Necessária Valorização do Nível Inicial da Carreira Docente”, na qual aborda a questão dos baixos salários nas universidades, em especial os do início da carreira (veja em www.adusp.org.br).

Com o encerramento da negociação da pauta unificada do Fórum, a Adusp, Adunicamp e Adunesp, reunidas em 7/6, decidiram solicitar ao Cruesp, para o mais breve possível, o agendamento de uma reunião para tratar

do assunto. Decidiram também encaminhar à categoria uma proposta de valorização do nível inicial da carreira docente, cujos eixos passamos a descrever, com referência ao RDIDP.

Em primeiro lugar, cumpre valorizar o salário do cargo inicial, MS3, de modo a atrair os melhores candidatos à carreira acadêmica, considerando também que, nos níveis seguintes, o docente já terá incorporado vantagens por tempo de serviço.

A seguir, cabe definir novos valores para os acrésci-

mos salariais nas progressões de MS3 para MS5 e de MS5 para MS6. Entendemos que, em lugar dos valores 19,22% e 20,57%, atualmente vigentes, deveriam ser adotados valores iguais para essas progressões. Uma proposta inicial, que tem a finalidade de reduzir a razão entre o maior e o menor salário na carreira docente, seria estabelecer o índice de 15% para essas progressões.

Ponto de partida

Com esses eixos como ponto de partida, seria possível

valorizar o início da carreira, efetuando reajustes decrescentes nos níveis superiores da carreira. A título de exemplo, com uma valorização de 10% para MS3, cujo salário passaria para R\$ 9.032,12, os salários de MS5 e MS6 passariam, respectivamente, para R\$ 10.386,94 e R\$ 11.944,98, com acréscimos de 6,11% e 1,2%.

Ainda que, dentro da estrutura atual, os níveis MS1 e MS2 estejam em extinção, é essencial reajustar os seus salários, face ao novo piso salarial dos funcionários de ní-

vel superior. Estabelecido o novo salário para o MS1 em R\$ 5.692,00 e para MS3 em R\$ 9.032,12, o salário do MS2 seria calculado de modo a estimular a obtenção do título de doutor.

Para tanto, se fixarmos em 35% o acréscimo na progressão de MS2 para MS3, o salário do MS2 seria R\$ 6.690,00, implicando um reajuste de cerca de 17,5% na passagem de MS1 para MS2. Na assembleia de 21/6, teremos oportunidade de discutir esta e outras propostas.

Assembleia Geral da Adusp

21/6, 3ª feira, 17h, Auditório Jacy Monteiro, Matemática

Pauta: valorização dos níveis iniciais da carreira docente
indicação da delegação da Adusp ao Conad

Capital imobiliário é pivô da crise urbana

“O processo segregatório está no DNA das metrópoles. O urbano é tratado pelo Estado como um negócio”. “O urbano no Brasil reflete a urbanização capitalista pelo viés particular do subdesenvolvimento, e por isso ganha ares de uma tragédia mais profunda”. A primeira frase é de Guilherme Boulos, representante do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). A segunda foi proferida pelo professor João Sette Whitaker, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU-USP). Boulos e Whitaker protagonizaram o debate realizado no Sarau da Adusp de 2/6, intitulado “Urbanização e grandes cidades: problemas e soluções”, e concordaram quanto ao entendimento de que o maior agente da crise urbana brasileira é o capital imobiliário.

A apropriação predatória do espaço e da terra pelo capital, nas condições do Brasil, pautou um “urbanismo peculiar, deformado” (Whitaker) e gerou “metrópoles absolutamente inviáveis” (Boulos), à beira de um colapso em tempos de euforia nacional provocada pelo crescimento econômico.

“De maneira planejada, tendo o Estado como agente determinante, os trabalhadores foram sendo atirados para regiões cada vez mais distantes”, disse Boulos. Pela via da segregação, em São Paulo e outras grandes cidades formaram-se “vazios urbanos que se tornaram um grande negócio para a especulação”. A resistência popular ao processo de expulsões manifestou-se essencialmente por meio de ocupações urbanas: “Paraisópolis, que conseguiu resistir ao processo de higienização, hoje é quase uma ilha”.

O bairro paulistano, palco de uma rebelião juvenil em 2009, foi depois citado tam-

bém pelo professor Whitaker: “Houve 52 mil revistas policiais em Paraisópolis em dois meses. Isso é estado de exceção”, protestou, referindo-se à prolongada e truculenta ocupação ali realizada pela Polícia Militar.

“Aliança perversa”

No entender do representante do MTST, existe uma “aliança perversa” entre o capital imobiliário, maior financiador de campanhas eleitorais, e o Estado, que reprime a resistência popular. “Depois das eleições se cobra a conta”, de diversas maneiras, acrescentou. Uma delas é a repressão. Outra, a gestão da cidade pela ótica empresarial, incompatível com as preocupações sociais e que termina por privatizar os serviços públicos.

Boulos mencionou o fato de que o setor imobiliário “é de ponta na mobilização de recursos”, a exemplo dos investimentos feitos nos programas de Aceleração do Crescimento (PAC) e Minha Casa, Minha Vida, ambos federais. Com a “finalidade de tirar da crise as grandes empreiteiras”, o governo teria transferido para elas R\$ 33 bilhões.

O resultado final da lógica de segregação, frisou, é que se criam duas cidades dentro do espaço urbano: a central e a periférica, onde “a polícia pode matar, tudo pode”. Citou o Rio de Janeiro como “projeto-piloto da militarização das cidades”, sendo a chamada política de pacificação a senha para uma “política fascista de extermínio, de criminalização da pobreza, com a convivência cínica da mídia”.

Ele chamou atenção para a “singularidade do cenário brasileiro”, pois em várias cidades



Whitaker e Boulos

que sediarão partidas da Copa de 2014 já estariam ocorrendo despejos e remoções violentas de populações pobres. “Na África do Sul, que sediou a última Copa, dezenas de milhares de famílias foram desalojadas para a construção de estádios e até hoje parte delas mora em contêineres”.

Apartheid

“O Estado brasileiro é patrimonialista”, lembrou o professor Whitaker, citando a obra de intelectuais como Florestan Fernandes, Czaba Déak, Raymundo Faoro e Chico de Oliveira. “Nada mais patrimonialista do que a terra. O Estado foi eficaz em promover uma lógica segregadora. Temos aqui uma sociedade do *apartheid* sem *apartheid*”. Para ele, as ações estatais sempre se orientaram não pelo público, mas para privilegiar interesses privados. O urbano é a espacialização da sociedade, dos conflitos sociais, portanto teria mesmo de expressar a “hegemonia da elite rica, a absoluta hegemonia do capital”.

O professor da FAU citou diversos reflexos, no urbanismo brasileiro, do que chamou de “estado do *deixe-estar* social” (em contraposição ao *estado do bem-estar social* que vigorou em sociedades européias no século 20), e que materializam um *apartheid* não declarado. “Os quartos de empregadas domésticas, por suas dimensões, ferem a lei, mas são chancelados pelo poder público”, re-



Fotos: Daniel Garcia

“Urbanização e grandes cidades” foi tema do Sarau

velou. “Alphaville fere a lei 6.766/1978, não pode existir condomínio horizontal fechado; além disso, ocupa terras pertencentes ao patrimônio indígena da União; mas juízes moram lá e por isso nada acontece. Grandes clubes não pagam IPTU, embora proibam a entrada de negros. O Expocenter Norte está em terra grilada, mas nunca vi a polícia fazendo reintegração de posse lá”.

Ele considerou “fundamental” o protesto bem-humorado da “gente diferenciada”, em favor da construção de uma estação do metrô na avenida Angélica, em Higienópolis, pois mostra que uma parcela da juventude começa a “entender o que é o *público-público*”, em contraste com o *público-privado* que sempre prevaleceu. Ainda sobre o metrô, considera absurdo não haver uma estação no campus da USP no Butantã, dada a alta concentração de pessoas.

Minha Casa...

A única divergência entre os debatedores deu-se em torno do citado Minha Casa, Minha Vida. Além das críticas de fundo que faz ao programa, Boulos apontou que o foco escolhido, ou seja, os maiores beneficiários, deveriam ser as famílias com renda mensal de zero a três salários-mínimos, pois a elas corresponde 85% do déficit habitacional brasileiro. “No entanto, somente 40% das unidades atendem a esta faixa, e muitas delas não

saíram do papel”.

Whitaker, por sua vez, afirmou que do ponto de vista econômico “o programa tem razão de ser num momento de crise, pela capacidade de geração de empregos”, embora tenha “passado por cima do Plano Nacional de Habitação”. Por ser estruturado na política de alavancar o mercado imobiliário, o Minha Casa “gerou uma bolha imobiliária enorme, o preço da terra explodiu e ele drenou recursos para os proprietários”. Apesar disso, explicou, “pela primeira vez no Brasil foram aplicados subsídios consideráveis na faixa de zero a três mínimos, praticamente se paga a casa, é uma grande novidade”. Segundo ele, em termos de obras contratadas, hoje, essa faixa já responde por 55% das unidades.

Ainda de acordo com o professor, constitucionalmente a política habitacional é de competência dos municípios, cabendo ao governo federal o financiamento. Como o Estatuto da Cidade não é aplicado, o resultado dos acordos entre municípios e empreiteiras, sem nenhuma fiscalização, são “casas de péssima qualidade”, de apenas 38 m². Boulos disse que, “por incrível que pareça”, em São Paulo os sem-teto têm conseguido negociar com o PSDB a construção de casas de 60 m², em terrenos que o governo tucano desapropria.

“Ato de Indignação” mobiliza Instituto de Psicologia

Estudantes, professores e funcionários do Instituto de Psicologia da USP (IP), inconformados com a gestão da diretora Emma Otta e com medidas unilaterais arbitrárias que vêm sendo tomadas na unidade, realizaram um Ato de Indignação no dia 7/6, no saguão do Bloco G.

O dia de protesto teve início com um debate sobre democracia na universidade pública e sobre criminalização dos movimentos sociais, coordenado por uma professora do IP e do qual participaram os professores Francisco Miraglia (Instituto de Matemática e Estatística), Pablo Ortellado (Escola de Artes, Ciências e Humanidades) e o militante social Gegê, do Movimento de Moradia (foto). À tarde, os debates foram retomados e ao final foi realizada uma plenária final, que aprovou diversos encaminhamentos.

“Tomar uma providência aqui contribui com a luta geral por democracia na USP. Não subestime isso”, destacou o professor Miraglia, que pertence à diretoria do Andes-Sindicato Nacional dos Docentes nas Instituições de Ensino Superior. “Democracia é uma estrutura social que permite que cada um de nós seja sujeito da nossa história. É o que está em jogo no Instituto de Psicologia”.

“É preciso mudar fundamentalmente a USP. Congregações e conselhos não funcionam. O sistema é torto”, afirmou o professor Ortellado. Gegê disse que a Constituição Federal de 1988, que garante uma série de direitos democráticos, foi “anunciada rasgada”, e que o atual Estado democrático é um engodo.

Intimidação

Alunos, funcionários e professores do instituto manifestaram críticas à diretora. Pelo menos três professores fo-



Daniel Garcia

ram chamados em oitiva numa comissão de sindicância por terem prestado auxílio a um aluno em surto psicótico. “O medo vem e o medo passa. Estamos vivendo um ambiente de intimidação e de distorções de nossas ações. Isso não pode ficar sem resposta. Estamos nos sentindo feridos na nossa dignidade. Não somos poucos para um ato como o de hoje. E precisamos ser muitos para as tarefas que vão se seguir”, afirmou um dos professores.

Uma professora declarou que, diante das dificuldades para dialogar com a diretora, é preciso protestar e criar alternativas. Os professores ali reunidos acusaram de muitas formas o autoritarismo sofrido. “Não é possível conviver pacificamente, calmamente, harmoniosamente, com o tipo de desmando praticado pela direção do instituto. Para assuntos corriqueiros a Consultoria Jurídica da USP é chamada pela diretora. Tudo é resolvido com extremo formalismo: boletins de ocorrência, pareceres, portarias, combinado com um desejo completamente arbitrário”.

“Há premência de agir, em função da necessidade cada vez maior de participar das decisões e dos destinos do IP, de abrir espaços para pensar”, disse uma professora e acrescen-

tou: “Existe uma cisão entre uma parte da comunidade e os nossos dirigentes formais. Temos sido frequentemente traídos e atingidos por gestos extremamente desleais”.

Vários participantes chamaram atenção para a necessidade de dar continuidade ao movimento. “Este foi um dia, de muitos que virão”, disse uma funcionária. “Vai haver retaliação. Vamos precisar de muita energia, muita fidelidade a este momento”. Uma aluna destacou a importância do engajamento das diferentes categorias nas entidades representativas: centro acadêmico, Adusp e Sintusp.

Gestão fechada

Desde 2009, por ocasião da invasão da tropa de choque na USP e confecção de carta de apoio irrestrito à então reitora Suely Vilela e à entrada e ação da tropa de choque no campus (vide *Informativo Adusp* 288 e 289), a diretora do IP vem realizando uma gestão fechada, avessa ao diálogo e privatista.

Exemplo emblemático da linha adotada foi a instalação de catracas na entrada da maioria dos blocos, sob a alegação de que a unidade requer mais segurança, embora a maior parte dos incidentes dessa natureza (assaltos e sequestros-relâmpago) tenha

ocorrido fora dos blocos. As catracas foram compradas com rapidez, fixadas no chão, mas sem definição de uma política de uso. “Catraca para quem? Quem tem direito a entrar e sair? Quem não tem?”, questionam docentes do IP.

Uma estudante lembrou, no Ato de Indignação, que o centro acadêmico promoveu uma pesquisa sobre as catracas, amplamente rejeitadas: dos 180 consultados, 91% se disseram contrários à instalação do equipamento. “Mesmo tendo levado a pesquisa para a diretoria, no final fomos atropelados”, contou ela.

Prioridades

A questão das prioridades na aplicação dos recursos à disposição da unidade também é apontada em documentos: “Há banheiros no bloco de aulas sem manutenção constante e falta bebedouro para os estudantes. Mas há projetos paisagísticos em frente ao bloco G (da administração) e aquírios em alguns blocos”. No ato, um estudante revelou que a solicitação de conserto de um ventilador, feita por escrito, só foi atendida um ano e meio depois.

Outro problema é o sigilo burocrático, pois, no IP, o acesso a documentos públicos de órgãos colegiados exi-

ge “uma peregrinação e pedido de autorização para a diretoria decidir pela liberação ou não do que considerar pertinente”.

Por fim, mas não menos importante, a diretora Emma Otta tem privilegiado o tratamento jurídico de acontecimentos ligados a saúde mental, o que facilmente prepara sua criminalização. Aciona a Guarda Universitária mais que os médicos e os professores. Faz corriqueiramente lavrar boletins de ocorrência. “Tem ocorrido uma criminalização do sofrimento psíquico. Nós, primeiro que todos, não deveríamos agir dessa forma”, resumiu uma professora.

O *Informativo Adusp* enviou perguntas à professora Emma Otta sobre a crise no IP. Até o fechamento desta edição não recebemos respostas da diretora.

Fórum

A plenária de encerramento aprovou as seguintes decisões:

1- Elaboração de texto-síntese sobre o Ato de Indignação que será apreciado em um Fórum da Comunidade (que reunirá estudantes, funcionários e professores do IP) e, posteriormente, divulgado aos conselhos de departamento e aos estudantes (graduação e pós-graduação), funcionários e professores do instituto;

2- Realização desse Fórum ainda em junho (data a definir) para apreciar e encaminhar o conjunto de propostas levantadas;

3- Solicitação aos membros do CTA e da Congregação do envio das pautas a todos os seus integrantes com uma semana de antecedência; e de que tornem públicas as atas de suas reuniões;

4- Realização de festa junina conjunta, em espaço aberto do instituto.

Perdemos Sílvia Boldrini

Faleceu no último dia 5, vítima de um acidente de carro, a professora Sílvia de Campos Boldrini, do Instituto de Ciências Biomédicas (ICB). O acidente ocorreu na véspera, na rodovia Washington Luiz, provocado por um motorista alcoolizado.

É uma dolorosa perda para a categoria docente da USP. Sílvia fazia parte do Conselho de Representantes da Adusp (CR) e era admirada por seus colegas, tanto por sua seriedade e competência profissional quanto

por sua ternura e gentileza. “Sílvia foi uma perda muito grande. Era uma professora de período integral, afável porém não submissa, inteligente, capaz, humana”, diz a professora Carla Roberto de Carvalho, sua colega na unidade. “Sempre foi extremamente solidária”.

Sílvia tinha apenas 41 anos e seu ingresso no ICB foi recente. Apesar disso, desde o início mostrou grande engajamento, especialmente na graduação. “Os alunos a adoravam. Ela tinha um lado humano muito forte. No De-



Daniel Garcia

Professora Sílvia, em 6/5

partamento de Anatomia, era conciliadora e sempre apaziguava todas as situações”, relata o professor Esem Cerqueira. “Sempre pensava primeiro nos outros, para depois pensar nela”.

Como representante do ICB no CR, suas intervenções nos debates desse fórum destacavam-se sempre pela serenidade com que expunha seus pontos de vista. Valorizava sua atuação na Adusp e, como membro da comissão eleitoral nas eleições ocorridas em maio último, contactou colegas de vári-

as unidades, procurando ampliar a representação destas no CR. No dia 6 de maio, participou de uma reunião na Escola de Artes, Ciências e Humanidades, para avaliar a crise provocada naquela unidade pelo “Relatório Melfi” e a ameaça de redução de vagas nos cursos.

Sílvia era casada com o professor Edson Liberti, atual chefe do Departamento de Anatomia do ICB. Deixa um filho e uma grande saudade entre os amigos e colegas de luta.

Comissão da Câmara dos Deputados aprova eleição direta para reitores e diretores

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados aprovou, em 1/6, projeto de lei que estabelece a eleição direta para escolha de reitores, vice-reitores e diretores das instituições públicas de educação superior.

Segundo a Agência Câmara de Notícias, “participarão da votação os professores, alunos e funcionários técnico-administrativos, nos termos do disposto em seus estatutos e regimentos”. Por ter sido alterada

na Câmara, a proposta, que tramitou em caráter conclusivo, retorna para o Senado.

O projeto determina ainda que o órgão colegiado máximo das instituições públicas de educação superior terá 2/3 dos assentos ocupados por membros da comunidade acadêmica e 1/3 por representantes da sociedade civil local e regional. Nos “demais órgãos colegiados e comissões, os professores ocuparão 70% dos respectivos assentos, inclusive

nos que tratem de elaboração e modificações estatutárias e regimentais, bem como da escolha de dirigentes”.

Avanço

Propostas de mudança do Estatuto da USP que apontam na direção de democratizar a estrutura de poder da universidade foram encaminhadas pela direção da Adusp a todos os membros do Co, não tendo sido objeto de discussão até o momento.

Assembleia do Centro Paula Souza mantém a greve

Nesta sexta-feira, 10/6, funcionários e professores do Centro Paula Souza (Ceeteps) em greve realizaram uma assembleia de avaliação do movimento, no campus da Fatec São Paulo. Nas falas dos presentes, ficou patente uma grande indignação da categoria com a postura do governo de São Paulo com a educação pública do estado, em especial com a educação técnica e tecnológica.

A avaliação teve dois focos centrais:

1) O movimento vem sendo marcado pela truculência

da Superintendência do Ceeteps e do governo Alekmin, que não têm poupado medidas repressivas e de intimidação nas unidades em luta (substituição de grevistas, corte de ponto etc), e até a divulgação de inverdades.

2) A força da mobilização é a única responsável pela movimentação do governo Alekmin, que se viu forçado a divulgar um reajuste (11%) e a apresentar medidas como a progressão automática para docentes nas faixas iniciais da carreira, bem como o anúncio

de “promessas” de novas medidas para os funcionários até 20/6. A avaliação é que tais medidas são totalmente insuficientes frente ao enorme arrocho salarial que se abate sobre a categoria, mas que só vieram a partir do momento em que a categoria soltou a voz e foi à greve.

A assembleia aprovou a realização de um ato público na segunda-feira, 13/6, em frente à Secretaria de Desenvolvimento. Nesse mesmo dia, havia previsão de nova negociação com o governo.

“Senhor Ministro: 7% do PIB são insuficientes para metas do PNE!”

Essa é a mensagem inequívoca do Seminário Regional sobre o PNE (Plano Nacional de Educação) que o plenário lotado do Auditório Franco Montoro da Assembléia Legislativa paulista enviou ao MEC em 3/6.

Foram cinco mesas redondas, além da mesa de abertura, representando as intervenções de instituições e entidades de projeção nacional, com temas que iam do Financiamento, perpassando Gestão Democrática, Avaliação e Inclusão Social, até a discussão da qualidade da educação. Entre os participantes estavam vários membros da Comissão Especial da Câmara dos Deputados que examina a matéria.

No debate, quase todas as manifestações foram pontuadas pela questão da insuficiência de recursos que, historicamente, afeta a área. Tanto que, ao final, foi aprovada moção a favor dos 10% do PIB para a educação.

Inadequação

Com dados e argumentos, outros pontos do PNE foram contestados, em especial, a inadequação de se basear a aferição de *qualidade* da educação exclusivamente nos índices IDEB, ou pior, PISA. Também houve discussões e inúmeros alertas quanto ao fato de que, sem real valorização do magistério da educação básica, o Brasil não terá chances de escapar da situação de miséria, em termos de educação. Também isso foi aprovado na moção.

Por fim, outra moção alertou para a necessidade de serem excluídas as inúmeras aberturas para a “iniciativa privada”, que permeiam as estratégias de quase todas as 20 metas do “novo” PNE proposto pelo Executivo Federal, submetido ao Congresso pouco antes do Natal de 2010 e, atualmente, sob exame terminal de uma Comissão Especial da Câmara dos Deputados.

À revelia do Co, Politécnica cria *endowment* para captar recursos

“Uma ferramenta de sustentabilidade”: assim se apresenta, em sua página eletrônica (eepolitecnica.org.br), o *Endowment* da Escola Politécnica (EEP), fundo privado que acaba de surgir na USP. A iniciativa propõe-se a cooperar para o crescimento da faculdade por meio da “manutenção de um fundo perpétuo com recursos que geram renda contínua para a conservação e a expansão das atividades da Escola, trazendo grandes benefícios a todos”.

Os mentores do EEP têm realizado breves exposições nos departamentos da Poli, para apresentar o projeto, cuja “paternidade”, contudo, não é clara. O diretor da Poli, professor José Roberto Cardoso, preferiu não dar declarações sobre o assunto ao *Informativo Adusp*, a pretexto de que “esta é uma iniciativa de alunos e ex-alunos da EP e não da Diretoria”.

Ocorre que em documento designado Carta aos Politécnicos, datado de 5 de abril de 2011, Cardoso disse coisa bem diferente sobre o EEP: “A Diretoria da Escola Politécnica da USP, com o objetivo de ampliar a capacidade de investimento no ensino, pesquisa e extensão, bem como congregar a Associação dos Engenheiros Politécnicos (AEP), o Grêmio Politécnico, os professores, funcionários, alunos, pais e ex-alunos, em defesa da preservação do patrimônio da Escola, *decidiu pela criação do Endowment da Escola Politécnica*” (destaques nossos).

“Colaborador”?

Apesar disso, quando procurado, o diretor da Poli desceu e recomendou que a reportagem ouvisse o advogado Felipe Sotto-Maior, “um dos gestores do EEP”. Mas, surpresa: Sotto-Maior nega a condição de gestor, autodefi-

nindo-se como “colaborador” do projeto. Questionado pelo *Informativo Adusp*, em conversa telefônica, sobre quem são os gestores do EEP, se limitou a dizer que havia “quatro gestoras escolhidas”, sem informar a identidade delas. “Esses nomes serão divulgados no site, mas ainda estamos tomando cuidado com essa informação”, declarou.

Sotto-Maior afirma que o orçamento da USP precisaria ser “multiplicado no mínimo cinco vezes” para que ela possa tornar-se “uma universidade de classe mundial”. Assim, o EEP seria uma fonte de recursos complementares à dotação pública da Poli — embora, segundo sua página eletrônica, se disponha a captar também recursos públicos, “através de incentivos fiscais, financiamento de pesquisas, projetos, entre outros”.

Os recursos captados pelo EEP seriam destinados a bol-

das de estudo, pesquisas e projetos acadêmicos, melhorias na Poli, prêmios e incentivos. O Grêmio Politécnico e a Associação dos Engenheiros Politécnicos também poderão efetuar resgates no fundo.

Futura fundação

Tudo indica que o projeto do EEP não foi submetido ao Conselho Universitário, já que Sotto-Maior esquivou-se de responder à pergunta do *Informativo Adusp* sobre a institucionalização do novo fundo na USP. Ele preferiu declarar que “o EEP é uma iniciativa da comunidade politécnica, incluindo alunos, ex-alunos, professores, com participação do Grêmio” e que possui “a mesma natureza jurídica que centros acadêmicos, grêmios, sindicatos e outras associações”.

O regulamento de captação de recursos do EEP assegura que somente serão aceitas doações e outras formas

de apoio que “não prejudiquem, direta ou indiretamente, a reputação” da USP e da Poli. No entanto, Sotto-Maior admite que é impossível estabelecer critérios objetivos e unânimes para esta finalidade. Reforçando o que foi negado por Cardoso, afirma que “a discussão já existia antes do *Endowment* e o foro de decisão continuará sendo o mesmo: a decisão final é da Escola”.

Segundo *folder* distribuído na Poli, o EEP “foi constituído sob a forma de associação, com obrigação de tornar-se fundação ao atingir um patrimônio de R\$ 50 milhões, para que passe a ser supervisionado pelo Ministério Público do Estado de São Paulo”. O texto informa ainda que o EEP “encontra-se, neste momento, em processo de obtenção do título de *Oscip* — Organização da Sociedade Civil de Interesse Público”.

LCN: ensino integrado de Ciências da Natureza

Na edição anterior, o *Informativo Adusp* publicou o primeiro de uma série de textos sobre os novos cursos da USP, que tem a finalidade de torná-los mais conhecidos. A nosso pedido, o professor Rogério Monteiro de Siqueira, do curso de Licenciatura em Ciências da Natureza da EACH, nos enviou o texto que segue:

Pouca gente sabe, mas existem muitos cursos universitários que preparam licenciandos em Ciências da Natureza. Levantamentos recentes indicam que atualmente existem pelo menos 10 cursos no Brasil formando professores de ciências: um no Paraná, na UFPR; dois no Pará,

na UFPA e na UEPA; outro no Rio Grande do Sul, na Unipampa, entre outros. E a lista segue crescendo. O curso de Licenciatura em Ciências da Natureza (LCN) da EACH-USP, funcionando desde 2005, faz parte de uma nova tendência: a de que os professores de ciências tenham uma formação mais ampla, e abordem as ciências naturais de maneira integrada.

O que há de especial no curso de LCN é que ele visa formar profissionais na área de ciências com formação interdisciplinar e muito conhecimento teórico e prático das várias áreas de Biologia, Ecologia, Química, Física,

Geologia, Astronomia, Psicologia e Educação.

A estrutura curricular, os conteúdos e as atividades são organizados de maneira a desenvolver de forma articulada e com visão interdisciplinar o conhecimento atualizado das várias áreas das Ciências Naturais, além de oferecer uma abordagem ampla de conhecimentos da área da Educação. Várias atividades de campo com enfoque interdisciplinar são desenvolvidas para os alunos estudarem os diversos aspectos da natureza com a presença de professores das diversas áreas. Geralmente, os alunos fazem algumas viagens, nos finais de

semana, com sua turma e seus professores.

Onde trabalhar

O curso forma cientistas e professores de ciências, com diversas possibilidades de atuação. O objetivo principal é que nossos licenciandos ministrem a disciplina Ciências Físicas e Biológicas do 6º ao 9º ano do ensino fundamental, atendendo à enorme demanda de professores para essa disciplina. Recentemente, os profissionais formados em LCN também foram autorizados, no estado de São Paulo, a ministrar aulas de Biologia, Química e Física no ensino médio.

Mas nossos alunos já encontraram outros caminhos: alguns atuam em museus de ciências da cidade, como o Parque Cientec, o Catavento e a Estação Ciência. Eles podem também trabalhar com divulgação científica e em editoras, na redação e edição de livros nas áreas de Ciências, em ONGs e empresas de educação ambiental. Além disso, durante o curso os alunos atuam em laboratórios de pesquisa, podendo continuar na área para tornarem-se pesquisadores nas diversas áreas de abrangência do curso por meio de ingresso na pós-graduação.

Novas propostas de segurança geram debate

A morte do estudante Felipe Ramos de Paiva, em 18/5, chocou a Cidade Universitária do Butantã, mostrando uma vez mais que esse campus não é uma ilha dentro de São Paulo, e que as autoridades da USP têm-se descuidado de medidas elementares de segurança. O aluno da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA) foi assassinado por assaltantes com um tiro na cabeça, ao lado de seu automóvel, no estacionamento da unidade.

No dia 19/5, cerca de 300 alunos se reuniram em frente ao prédio da FEA para pedir maior segurança no campus, onde já vinham ocorrendo, nas semanas e meses precedentes, casos de sequestros-relâmpago e furtos. Durante o ato, após ler uma carta aberta em repúdio à falta de segurança, os alunos se dirigiram à Reitoria para entregá-la ao reitor Grandino Rodas.

A carta, assinada pelo Centro Acadêmico Visconde de Cairu (FEA), apontou os problemas que favorecem a criminalidade no campus: “Um primeiro ponto diz respeito à falta de iluminação adequada não só nos arredores da FEA, mas em todo o campus. Também há falta de vigilantes no perímetro das unidades. Os reais problemas de segurança na USP, enfim, precisam ser corretamente diagnosticados”.

Em 20/5, o Conselho Gestor do Campus da Capital reuniu-se em caráter extraordinário para reavaliar o Plano Emergencial de Segurança aprovado em 3/5, que prevê diversas mudanças: melhoria da iluminação, maior controle na entrada de carros, instalação de mais câmeras, atualização do centro de controle de câmeras especiais nas portarias (focando placas e condutores), ampliação do sistema de comunicação por rádio digital etc. Há

também intenção de construir um edifício ao lado do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) para servir como base para uma segurança integrada do campus.

Protocolo

Na mesma reunião, a minuta de um protocolo que garantirá juridicamente parceria da Guarda Universitária com a Polícia Militar (PM) foi aprovada por unanimidade. Segundo o presidente do Conselho Gestor, professor José Roberto Cardoso, “o protocolo está em elaboração”.

O *Informativo Adusp* indagou quais os gastos orçamentários previstos e o que havia sido decidido em relação à presença da PM. O professor preferiu tangenciar: “Combinamos de discutir o protocolo assim que ficar pronto. A partir de sua conclusão terei condições de responder”.

A USP pretende que os policiais escolhidos para trabalhar no campus sejam sempre os mesmos e que passem por treinamento em policiamento comunitário, com a finalidade de se integrarem à população da Cidade Universitária. Porém, as entidades rejeitam a presença da polícia, até por não haver garantias de que resultará em segurança (no dia em que Felipe foi assassinado, a PM fazia uma *blitz* dentro do campus do Butantã).

O Diretório Central dos Estudantes (DCE) declarou ao *Informativo Adusp* que a presença ostensiva da PM na Cidade Universitária traz uma falsa sensação de segurança e afeta a liberdade de expressão e pensamento.

“Como podemos observar na mídia, a PM de vários estados reage de maneira truculenta a manifestações políticas legítimas, como a luta contra o aumento da passagem de ônibus (em São Paulo e Vitória), a greve dos

bombeiros, a Marcha pela Liberdade de Expressão, na USP em 2009 e 2007, e outras”, justifica Thales Carpi, diretor do DCE. “Entendemos ser prejudicial ao desempenho da vida universitária a sua presença”. Carpi frisa ainda que a questão da segurança no Brasil é um problema estrutural.

Debate na Poli

No dia 2/6, o debate intitulado “Violência e Segurança na USP”, realizado pelo DCE na Escola Politécnica, reuniu 250 pessoas. Contou com a participação da professora da FAU e relatora de Direitos Humanos da ONU, Raquel Rolnik, do professor Vladimir Safatle, da FFLCH, e de um representante do DCE. O presidente do Conselho Gestor e diretor da Poli, professor José Roberto Cardoso, foi convidado, mas não compareceu.

Diversas sugestões de medidas preventivas foram levantadas e bem recebidas. A professora Rolnik apontou que lugares mais movimentados são os mais seguros, o que “corroborava a nossa visão de que os *campi* da USP são hostis à presença da sociedade e, por isso, são pouco frequentados”, diz Carpi.

Ainda segundo o diretor do DCE, exigiu-se responsabilidade da Reitoria, que se recusa a debater a questão e, sobretudo, vem apresentando “soluções falsas e imediatistas”, que recaem na discussão simplista entre apoiar ou não a entrada da PM no campus do Butantã. Nos dias subsequentes ao assassinato na FEA, o reitor Grandino Rodas chegou a declarar a um jornal: “Outros morrerão”. Na verdade, houve assassinatos no campus do Butantã em anos anteriores (inclusive de vigilantes, vítimas de assalto a mão armada), sem maior repercussão na mídia.

Nossa posição

A Diretoria da Adusp emitiu a seguinte nota em 19/5:

O assassinato do estudante Felipe Ramos de Paiva no campus do Butantã, no dia 18 de maio, chocou a comunidade acadêmica e intensificou o debate sobre a segurança nos diferentes *campi* da Universidade de São Paulo, que a repetida ocorrência de sequestros-relâmpago e outros crimes já vinha suscitando nos últimos meses.

A instalação de bases da Polícia Militar vem sendo sugerida como medida capaz de coibir atos criminosos e assegurar a segurança nos *campi*. Mas lembramos que medidas elementares, ao alcance da administração da USP, já poderiam, há muito, ter sido tomadas: iluminação eficiente de todas as vias, estacionamentos, prédios e outros espaços; ampliação do contingente da Guarda Universitária; reforço da segurança nos estacionamentos; melhor oferta de transporte coletivo.

Persistem em nosso país, e também no estado de São Paulo, altos índices de homicídios e de latrocínios como o que vitimou o jovem Felipe. Como a USP não é uma ilha, ao contrário, seus *campi* integram as cidades em que estão situados, a violência também os alcança. Cabe discutir, portanto, não só como tornar o policiamento mais eficiente, mas também como banir a violência da sociedade brasileira.

Sarau de 29/6 apreciará livro de Flávio Aguiar



Professor aposentado de literatura da FFLCH, autor de várias obras, ex-presidente da Adusp, Flávio Aguiar retorna para apresentar, no Sarau, seu mais novo livro, *Crônicas do mundo ao revés*. Apareça você também!